

Como os itens licitados (refeições e lanches) podem ser fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividade, há de se destacar que os benefícios da união dos mesmos em único lote vão além da economicidade, que se torna clara tendo em vista toda a preparação logística que as empresas devem ter, a qual pode ser otimizada se for realizada por uma mesma empresa, propiciando, assim, uma redução dos custos e reflexão no preço ofertado. Destaca-se ainda que por se tratarem de estabelecimentos prisionais, ambientes que requerem rotinas de segurança específicas, a fim de se preservar a integridade dos servidores, sentenciados e população em geral, e o número de prestadores de serviços “alheios” ao sistema prisional deve ser minimizado, de forma a garantir a preservação daquele quesito.

Considerando a proximidade física das Unidades em questão e que o serviço a ser contratado será o mesmo para as Unidades, bem como tendo em vista o princípio da economicidade da administração pública, optou-se, ainda, por realizar a licitação do serviço de fornecimento alimentar a estes estabelecimentos prisionais em um único lote de unidades. Similarmente à junção dos itens em um único lote, a licitação única para as unidades claramente poderá otimizar a prestação do serviço de fornecimento alimentar, haja vista toda a preparação logística que a empresa deve ter, bem como gerar redução dos custos à futura empresa fornecedora, com a diluição dos custos fixos em uma produção maior e redução dos custos variáveis pela ampliação do quantitativo produzido, culminando em uma reflexão no preço ofertado para contratação e em consequente economia para o estado.

A proximidade física das unidades prisionais é, portanto, um fator de vantagem, visto que uma única unidade de alimentação e nutrição (UAN) bem estruturada em uma região será capaz de atender à demanda das unidades do local. Isso levará a uma otimização na prestação do serviço para a futura contratada, que conseguirá executar o serviço com uma estrutura robusta, porém muito menos ampla, sendo necessária a montagem de apenas uma UAN, aproveitando melhor a mão-de-obra e todo o investimento em logística, para a prestação do serviço. Tal questão trará um melhor custo-benefício à empresa fornecedora, conseguindo, o estado, um melhor custo na prestação do serviço de fornecimento alimentar, como pode-se perceber pelos valores no item “Quantitativos”.

Tratando-se, ainda, de uma licitação de maior porte, envolvendo um grupo de unidades prisionais, a presente licitação poderia ensejar em risco de cerceamento de participação das micro e pequenas empresas, as quais poderiam não ter condições financeiras e estruturais para garantir sua presença e competitividade no certame. A fim de assegurar o direito de tais empresas em participar e concorrer nas licitações, fica autorizada, então, a participação de empresas em consócio nos pregões de agrupamento de unidades, uma vez que o objeto apresenta vulto e complexidade que poderia tornar restrito o universo de possíveis licitantes, do contrário.

Sendo assim, diante de todo o acima exposto optou-se pela formação de lote único para os itens e para as unidades prisionais em questão.

DAS VEDAÇÕES:

De modo a garantir a prestação do serviço de forma satisfatória, fica vedada:

- À CONTRATADA, na execução do contrato, será vedada a subcontratação do objeto deste pregão, ainda que parcialmente, sob pena de conduzir à rescisão do contrato, na forma do art. 78, VI da Lei nº 8.666/93, não sendo considerada, para tal fim, a manufatura dos pães
- informamos que manufatura de pães (o pão é considerado um subproduto) não se enquadra em subcontratação, e que o item desjejum e lanche deverá ser entregue pela contratada.
- informamos que a vedação encontra-se no Termo de Referência 3810797

DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

Informamos ainda que no ato do encerramento da sessão de lances será requerido do licitante:

- Atestado de Capacidade Técnica, comprovando a experiência de pelo menos 1 (um) ano de fornecimento de refeições e/ou lanches em, no mínimo, 50 % da quantidade licitada, como garantia de competência da empresa em fornecer o quantitativo de alimentação necessária para atender às unidades prisionais.
- Declaração de que possui em seu quadro permanente pelo menos um profissional de nível superior em nutrição, responsável técnico pelos serviços a serem prestados durante toda a execução do contrato, com registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN);
- Registro ou inscrição válido e atualizado na entidade profissional competente (Certidão de Nada Consta).
- Certificado de Registro e Quitação (CRQ) atualizado e dentro do prazo de validade, conforme a Resolução CFN nº 378/2005;
- Atestado de Responsabilidade Técnica válido;